

Atos Oficiais

REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES TORNA PÚBLICO O REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES DA BIOGESP - ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E SOCIAIS (Inscrição no CNPJ. N.º 26.702.577/0001-39).

REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES - BIOGESP

O Diretor da **BIOGESP**, no uso de suas atribuições regimentais, torna público o Regulamento para Aquisição de Bens, Contratação de Obras, Serviços, Pessoal e Locações da **BIOGESP**.

Considerando as características de constituição desta Entidade e a necessidade de impor maior celeridade, eficiência e eficácia aos seus procedimentos de aquisição de bens, contratação de obras, serviços, pessoal e locações; e

Considerando a necessidade de alteração do regulamento para Aquisição de Bens e Contratações de Obras, Serviços, Pessoal e Locações, atualmente em vigor, a **BIOGESP** passa apresentar as seguintes disposições:

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Este regulamento tem por objeto definir normas para a aquisição de bens, contratação de obras e serviços e locações para o desenvolvimento das atividades da **BIOGESP** na execução de ações pertinentes aos contratos, Convênios e Termos de parcerias firmados.

Parágrafo único: O presente Regulamento é de aplicação obrigatória quando as compras e contratações de obras e serviços, de pessoal e de locações forem realizadas mediante repasse de recursos públicos e se referirem a Contratos, Convênios, e Termos de Parcerias firmados.

Art. 2º - Todos os dispêndios da **BIOGESP** reger-se-ão pelos princípios básicos da boa-fé, probidade, impessoalidade, economicidade, eficiência, isonomia, publicidade, legalidade, razoabilidade e busca permanente de qualidade e durabilidade, bem como pela adequação aos objetivos da Entidade.

Art. 3º - O cumprimento das normas deste Regulamento destina-se a selecionar, dentre as propostas apresentadas, a mais vantajosa para a sociedade em geral, mediante julgamento objetivo.

Art. 4º - A contratação de obras e serviços e a aquisição de bens e locação efetuar-se-ão mediante procedimento de competição, denominado Seleção de Fornecedores, sendo dispensado tal procedimento nos casos expressamente previstos neste regulamento, ou a critério exclusivo da **BIOGESP**.

Art. 5º - A participação em Seleção de Fornecedores implica a aceitação integral e irretratável do Ato Convocatório, dos elementos técnicos e instruções fornecidas aos interessados, bem como a observância deste Regulamento e normas aplicáveis.

Art. 6º - Todo o processo de compras e contratações de que trata este regulamento deve estar devidamente documentado, contendo no mínimo:

I – No caso de cotação de preços:

- a) Solicitação de compra ou serviço devidamente autorizada pela autoridade competente;
- b) Preços estimados com base em ampla pesquisa de mercado realizada junto a, sempre que possível no mínimo 03 (três) empresas distintas, que poderá ser efetuada através de consulta de preços por e-mail ou fax, consulta a sites específicos na internet ou outros meios necessários à comprovação de que os preços contratados estejam compatíveis com o praticado no mercado, podendo ainda, a critério da Entidade, ser realizada pesquisa junto a interessados do ramo pertinente, mediante a emissão de formulário contendo, entre outros, a descrição detalhada do objeto pretendido;
- c) Autorização de fornecimento de bens ou serviços (AF), conforme o caso;
- d) Termo de contrato devidamente assinado, conforme o caso,
- e) Comprovação da publicação do extrato de termo de contrato, conforme o caso.

II – No caso de Carta Consulta:

- a) A solicitação de compra ou serviço devidamente autorizada pela autoridade competente;
- b) Comprovação de ampla pesquisa de mercado realizada junto a, sempre que possível no mínimo 03 (três) empresas distintas, que poderá ser efetuada através de consulta de preços por e-mail ou fax, consulta a sites específicos na internet ou outros meios necessários à comprovação de que os preços contratados estejam compatíveis com o praticado no mercado, podendo ainda, a critério da Entidade, ser realizada pesquisa junto a interessados do ramo pertinente, mediante a emissão de formulários de carta consulta (Ato Convocatório) contendo, entre outros, a descrição detalhada do objeto pretendido, bem como a relação dos documentos de habilitação a serem apresentados pelo proponente vencedor;
- c) Documentação de habilitação da melhor proposta apresentada;
- d) Ata devidamente assinada pela comissão de julgamento de propostas;
- e) Autorização de fornecimento de bens e serviços (AF), conforme o caso;
- f) Termo de Contrato devidamente assinado, conforme o caso;
- g) Comprovação da publicação do extrato de termo de contrato, conforme o caso;

Art. 7º - O ato convocatório estabelecerá, em cada caso, os procedimentos a serem utilizados para apresentação das propostas pelos participantes interessados, a documentação necessária à habilitação e os critérios de julgamento de propostas.

Art. 8º - As contratações de serviços e a aquisição de bens considerados comuns poderão ser efetuadas por Sistema de Registro de Preços, observando as seguintes disposições:

I – Poderá ser adotado o sistema de registro de preços nas seguintes hipóteses:

- a) Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- b) Quando for mais conveniente à aquisição de bens ou execução de serviços com previsão de execução parcelada.

II - A **BIOGESP** poderá utilizar a Ata de registro de preços decorrentes de licitações realizadas por outras instituições, visando à obtenção de propostas mais vantajosas para o atendimento das necessidades da **BIOGESP**;

III – A ATA de Registro de Preços poderá substituir o termo formal de contrato, com exceção dos casos de prestação de serviço, e seu prazo de validade não poderá ser superior a um ano;

IV – O prazo de vigência da Ata de Registro de preços poderá ser prorrogada de acordo com interesses da **BIOGESP**;

V – O resultado do registro de preços será divulgado através de site da **BIOGESP** na internet e ficarão disponibilizados durante a vigência da respectiva Ata;

VI – Quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes na Ata;

VII – A existência de preços registrados não obriga a **BIOGESP** a efetivar as respectivas contratações, tratando de mera expectativa de futuras contratações;

VIII – Homologado o resultado da seleção de fornecedores e respeitada a ordem de classificação, serão convocadas as empresas vencedoras para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, e o seu descumprimento acarretará as punições previstas no Ato Convocatório, ou na própria Ata de Registro de preços;

IX – A efetiva contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio de instrumento contratual ou emissão de ordem de fornecimento (AF);

X – A Ata de registro de preços poderá sofrer alterações de acordo com interesse da **BIOGESP**;

XI – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, podendo ser realizados através de pesquisas semestrais de mercado;

XII – Quando o preço inicialmente registrado, por fato superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, poderá a **BIOGESP**:

- a) Convocar fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, e restando devidamente comprovado que o preço inicialmente registrado se torna inviável, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;
- d) Não havendo êxito nas negociações, a **BIOGESP**, deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

XIII – O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva ordem de fornecimento ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela **BIOGESP**, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presente razões de interesse público quando do atendimento do objetivo do Contrato de Gestão;

XIV - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

Capítulo II

DOS PRINCÍPIOS

Art. 9º - os procedimentos para as aquisições, contratações e locações regidas por este regulamento sempre deverão observar os seguintes princípios fundamentais:

I – A moralidade e a boa-fé das regras, instrumentos, atos e julgamentos utilizados ou exercitados em todos os processos seletivos, vedando-se comportamentos ou procedimentos que contrariem valores da ética comercial;

II – A probidade refere-se à honestidade no procedimento ou à maneira criteriosa de cumprir os deveres contratuais;

III – A impessoalidade e a objetividade da seleção, impostos para que a análise e a escolha da melhor proposta se façam em razão da busca pelo resultado que melhor atenda aos interesses da **BIOGESP**;

IV – A economicidade e a eficiência versam sobre o compromisso indeclinável de encontrar a solução mais adequada economicamente, buscando ações que contribuam para o pleno alcance dos objetivos;

V – A isonomia no tratamento e nas oportunidades conferidas aos fornecedores de materiais, equipamentos, bens, engenharia, locação e serviços;

VI – A ampla publicidade dos Processos Seletivos, viabilizando-se a obtenção do maior número possível de propostas;

VII – A legalidade versa sobre a necessidade de se proceder a todos os atos em conformidade com o presente Regulamento;

VIII – A razoabilidade versa sobre a obediência aos critérios aceitáveis do ponto de vista racional, tendo o administrador a liberdade de adotar a providência mais adequada dentre aqueles cabíveis, não podendo ele, portanto, transpor os limites estabelecidos neste Regulamento.

CAPÍTULO III

DAS DEFINIÇÕES

Art. 10 – Para fins deste Regulamento, entende-se:

I – COMPRA: toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente;

II – SERVIÇO: a prestação de atividades de qualquer natureza por pessoas físicas e/ou jurídicas;

III – OBRA: todos os trabalhos de engenharia e arquitetura que resultem na criação, recuperação ou modificação de bem imóvel, mediante construção e fabricação, ou ainda, que tenham como resultado qualquer transformação do meio ambiente;

IV – ELEMENTO TÉCNICO: toda a informação relativa a projetos, plantas, cálculos, memoriais descritivos, especificações e normas técnicas, padrões de qualidade, durabilidade e desempenho, marcas ou modelos de componentes e equipamento;

V – SELEÇÃO DE FORNECEDORES: procedimento utilizado para a aquisição de bens e para a contratação de serviços, obras e locações a serem realizados, mediante critérios definidos no Ato Convocatório, julgamento e escolha de participantes;

VI – ATO CONVOCATÓRIO: instrução contendo objeto e as condições de participação na Seleção de Fornecedores;

VII – CONTRATO: documento que estabelece os direitos e obrigações entre as partes contratantes;

VIII – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

IX – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: documento vinculativo, obrigacional, com características de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

Capítulo IV

DA SELEÇÃO DE FORNECEDORES

Sessão I – Das modalidades, Limites e Dispensa

Art. 11 – A Seleção de Fornecedores poderá, a exclusivo critério do BIOGESP, se dar em duas modalidades, quais sejam:

a) Cotação de Preços;

b) Carta Consulta;

Parágrafo 1º - Cotação de Preços é a modalidade de Seleção de Fornecedores realizada com base em ampla pesquisa de mercado;

Parágrafo 2º - Carta Consulta é a modalidade de Seleção de Fornecedores entre interessados do ramo pertinente, escolhidos e convidados pelo BIOGESP, em número, sempre que possível, com no mínimo 03 (três) para apresentação de proposta de preços, visando à escolha da proposta mais vantajosa para a execução do objeto respectivo.

Parágrafo 3º - A convocação para a modalidade carta consulta se dará através de envio do próprio ato convocatório, onde constará, dentre outras informações, o critério de julgamento das propostas e a relação da documentação de habilitação a ser apresentada pelo vencedor.

Parágrafo 4º - Para aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado, e a critério da **BIOGESP**, poderá ser utilizada a modalidade Pregão, atendendo, no que couber, as normas e procedimentos estabelecidos na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Parágrafo 5º - As modalidades constantes neste artigo poderão ser aplicadas para o procedimento de Registro de Preços, conforme disposto no art. 8º deste regulamento.

Art. 12 – As modalidades referidas no artigo anterior serão determinadas e função do valor mensal estimado de cada contratação, a saber:

a) Cotação de Preços: até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)

b) Carta Consulta: qualquer que seja o valor.

Art. 13 – Previamente à adjudicação de uma proposta, a **BIOGESP** poderá exercer o direito de negociar as condições das ofertas, com a finalidade de maximizar resultados em termos de qualidade e preço.

Art. 14 – A dispensa do procedimento de seleção dos Fornecedores poderá ocorrer nos seguintes casos:

I – Na aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros diretamente de produtor ou fornecedor exclusivo;

Considera-se fornecedor exclusivo aquele que, por questões de mercado, possui a exclusividade no fornecimento de determinado bem ou serviço indispensável ao cumprimento do objeto deste regulamento;

a) A condição de fornecedor exclusivo será comprovada através de carta de exclusividade apresentada pelo fornecedor.

II – Na contratação de serviços com empresas ou profissionais de notória especialização, assim entendido aqueles cujo conhecimento específico, ou conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permitem inferir que o seu trabalho é o mais adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado;

III – Na contratação de profissional de qualquer setor artístico;

IV – Quando acudirem interessados à Seleção de Fornecedores realizada ou quando os preços obtidos se mostrarem consideravelmente superiores na pesquisa de mercado, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

V – Locação ou aquisição de imóveis destinados a uso próprio;

VI – Execução de serviços ou aquisição de bens de valores igual ou inferior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), que deverão ser adquiridos através da apresentação de Nota Fiscal;

VII – Em virtude de haver escassez de fornecedores ou prestadores de serviços, devendo sua aquisição ou

contratação ser justificada.

VIII – Contratação de mão de obra especializada em regime PJ.

Parágrafo 1º - As pesquisas de mercado poderão ser efetuadas através de consultas de preços por e-mail ou fax, consulta a sites específicos na internet ou outros meios necessários à comprovação de que os preços contratados estejam compatíveis com o praticado no mercado, conforme o caso.

Parágrafo 2º - A seleção da proposta mais vantajosa quando se tratar de dispensa caberá ao Departamento de Compras da **BIOGESP**, sendo autorizada previamente ou validada posteriormente pelo Presidente da **BIOGESP** ou autoridade delegada para tal.

Sessão II – Das propostas

Art. 15 - No julgamento das propostas, poderá ser considerado um dos seguintes critérios:

- a) Técnica e preço;
- b) Melhor técnica;
- c) Menor preço.

Parágrafo 1º - Os critérios de julgamento da proposta deverão constar no Ato Convocatório, com disposições claras e parâmetros objetivos, conforme o objeto a ser contratado, de maneira a possibilitar sua aferição pelos interessados e pelos órgãos de controle.

Parágrafo 2º - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do Ato Convocatório.

Art. 16 – Será obrigatória a justificativa, por escrito, do Presidente, da **BIOGESP** ou pessoa designada para tal, sempre que não houver opção pela proposta de menor preço, quando se tratar de situações que, por suas características ou propriedades, sejam relevantes à avaliação dos aspectos técnicos para seleção da proposta mais vantajosa, casos em que poderá ser adotado o critério de melhor técnica de preço.

Sessão III – Da Habilitação

Art. 17 – São documentos necessários à Habilitação, conforme o caso:

- I – Habilitação jurídica;
- II – Qualificação técnica;
- III – Qualificação econômico-financeira;
- IV – Regularidade fiscal;
- V – Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

Art. 18 – A documentação referida neste artigo deverá estar devidamente discriminada no Ato Convocatório, critério da **BIOGESP**, observando a especificidade do objeto a ser contratado.

Sessão IV – Das Impugnações e dos Recursos

Art. 19 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o Ato Convocatório por irregularidade na aplicação deste regulamento, devendo protocolar o pedido no prazo de até 5(cinco) dias após a data da publicação ou do recebimento do Ato Convocatório.

Art. 20 – Das decisões decorrentes da aplicação deste Regulamento e das disposições do Ato Convocatório, caberá recurso no prazo de 03 (três) dias a contar da data de divulgação de:

- I – Julgamento de propostas;
- II – Habilitação ou inabilitação do interessado;
- III – Cancelamento do procedimento;
- IV – Rescisão do Contrato.

Parágrafo 1º - A divulgação das decisões a que se refere este artigo ocorrerá na forma de divulgação prevista no Ato Convocatório.

Parágrafo 2º - O recurso será julgado pela Comissão de Julgamento de Propostas que poderá reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir à autoridade superior à qual caberá a decisão final.

Parágrafo 3º - Os recursos previstos neste artigo serão comunicados aos demais interessados, que poderão impugná-los no prazo de 03(três) dias a contar da data de comunicação.

Capítulo V

DOS CONTRATOS

Art. 21 – Os contratos firmados com base neste Regulamento estabelecerão, com clareza e precisão, as condições para execução expressas e, cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os Termos do Ato Convocatório e da proposta a que se vinculam.

Capítulo VI

DOS SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS

Art. 22. Para os fins do presente Regulamento, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

- I – estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;
- II – pareceres, perícias e avaliações em geral;
- III – assessorias ou consultorias técnicas, jurídicas e auditorias financeiras;
- IV – fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- V – patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- VII – prestação de serviços de assistência à saúde em áreas específicas;
- VIII - informática, inclusive quando envolver aquisição de programas.

Art. 23. A **BIOGESP** deverá selecionar criteriosamente o prestador de serviços técnicos profissionais especializados, que poderá ser pessoa física ou jurídica, considerando a idoneidade, a experiência e a especialização segundo o objeto a ser contratado, dentro da respectiva área.

CAPÍTULO VII DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 24. O regime jurídico do pessoal do quadro da **BIOGESP** é o da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e respectiva legislação complementar, ressalvada a hipótese prevista no art. 22, deste regramento.

Art. 25. A admissão de pessoal no âmbito dos contratos de gestão dar-se-á mediante contratação, conforme previsto na CLT, podendo-se utilizar do banco de trabalhadores cadastrados no Programa de Auxílio ao Trabalhador do Município onde a contratação se efetivará, observadas as normas abaixo:

Parágrafo Primeiro – Para vagas de nível superior:

I – Será realizada convocação pública através de publicação em jornal ou convocação no sítio eletrônico da **BIOGESP**, devendo os interessados enviarem currículo de forma simplificada.

II – O interessado poderá ser submetido a testes de conhecimento ou avaliação de perfil profissional, que terá caráter eliminatório.

III – Os interessados não eliminados serão submetidos à análise curricular e caso necessário, à entrevista presencial.

Parágrafo Segundo – A contratação do interessado será definida por análise curricular e entrevista presencial em caráter único e exclusivo da **BIOGESP**.

Art. 26. Concernente às vagas de nível técnico, a seleção se dará por análise curricular, avaliação do perfil profissional e entrevista presencial.

Capítulo VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27 – A publicidade dos atos emanados neste Regulamento se dará em locais e meios de comunicação apropriados, conforme decisão da **BIOGESP**.

Art. 28 – Os casos omissos neste Regulamento serão decididos pelo Presidente da **BIOGESP**, aplicando-se os princípios nele contidos e, a critério exclusivo da **BIOGESP**, as legislações pertinentes de forma subsidiária.

Art. 29 – O presente regulamento entra em vigor a partir da data de sua publicação.



MARCO AURELIO NUNES DOS SANTOS
PRESIDENTE

Resolução CMAS nº10/2022 – O CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 3.807 de 05/04/1995, e pelo Decreto Municipal nº6. 238/2011 torna público que em reunião Extraordinária realizada em 29/11/2022 de forma presencial. RESOLVEU: I. O colegiado do conselho CMAS deliberou por unanimidade o plano de ação para co- financiamento do governo federal sistema único da assistência social ano 2022. Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação. Ribeirão Pires, 13 de Junho de 2022. Elisabete de Assis Prado Rodrigues- Presidente do CMAS.